



# AEDOS

Revista do corpo discente  
do PPG-História da UFRGS

## Democracia em perspectiva: as representações no *Correio da Manhã* sobre as eleições gerais de 1958

Letícia Sabina Wermeier Krilow<sup>1</sup>

**Resumo:** Objetiva-se analisar as representações do *Correio da Manhã* sobre as eleições gerais de 1958, a partir dos textos não assinados encontrados em sua “página de opinião”. Tal proposta se justifica ao se considerar a escassez de pesquisas sobre o pensamento político da imprensa brasileira, tendo em vista que as pesquisas sobre a relação imprensa e política no período priorizam avaliar o posicionamento dos jornais frente a partidos e governos específicos, geralmente considerando a imprensa um espaço subordinado. Dessa forma, partindo do programa de pesquisa aberto pela “história do pensamento político” em sua vertente alemã, desenvolvida por Reinhart Koselleck, a presente análise mostra-se extremamente útil para compreender a percepção do periódico sobre os partidos políticos brasileiros, a política nacional e o sistema eleitoral. Questões que permitem identificar qual a percepção do jornal sobre o regime democrático vigente no Brasil, e, qual o conceito de *democracia* e *partido* expressos pelo periódico a partir de uma linha que busca problematizar a relação imprensa e política.

**Palavras-chaves:** Correio da Manhã; Democracia; Pensamento político; Eleições.

**Abstract:** To analyze the representations in the *Correio da Manhã* about the general elections of 1958, from the unsigned texts found in its "opinion page". This proposal is justified when we consider the lack of research on the political thinking of the Brazilian press, considering that the research on the press and political relationship in the period in question prioritize to evaluate the position of the newspapers in front of specific parties and governments, generally considering the press a subordinate space. Starting from the research program opened by Reinhart Koselleck's "History of Political Thought", the present analysis is extremely useful for understanding the newspapers' perception of Brazilian political parties, national policy, the electoral system. Finally, on the basis of all these questions, we want to understand the newspaper's perception of the current democratic regime in Brazil, and what is the concept of democracy and party identified in this press, this, starting from a line that seeks to problematize the press and political relationship.

**Keywords:** Correio da Manhã; Democracy; Political thinking; Elections.

### Introdução

A presente pesquisa objetiva analisar as representações<sup>2</sup> do *Correio da Manhã* sobre as eleições gerais de 1958, a partir dos textos não assinados encontrados em sua “página de

---

<sup>1</sup> Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, bolsista Capes. Orientada pelo Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins.

<sup>2</sup> No sentido utilizado por Roger Chartier, segundo o qual as representações sociais são formas de construção discursivas do social e que também funcionam como formas de valoração e, com isso, de hierarquização do mundo, assim, contribuem para a sua existência real. Em decorrência dessa função de organização social, a

opinião”. Considerando as expressivas intervenções na política da chamada “grande imprensa”<sup>3</sup> brasileira, especialmente na década de 1950<sup>4</sup> e, logo depois, no Golpe de 1964<sup>5</sup>, há a necessidade de estudos que investiguem as ideias políticas presentes em suas páginas. Haja vista que, normalmente, os jornais brasileiros do período são tratados como meros reprodutores de discursos produzidos em outras áreas – como política, filosofia, sociologia -, e, as pesquisas sobre o tema mais se preocupam em verificar os seus posicionamentos políticos diante de partidos e governo, geralmente considerando o universo jornalístico como subordinado ao político, ou como simples “meio” através do qual os demais grupos sociais articulam suas disputas pelo poder (ABREU; LATTMAN-WELTMAN, 1996)<sup>6</sup>.

Dessa forma, neste trabalho busca-se construir uma argumentação que parta de uma perspectiva que conceba a relação imprensa e política de forma mais dinâmica, que pensa na existência de uma relativa autonomia das produções simbólicas/culturais, nas quais encontra-se a imprensa<sup>7</sup>. Proposta que visa apontar uma alternativa às explicações pautadas na concepção de que a imprensa seria apenas “porta-voz” da classe política e economicamente dominante, ou, simplesmente como “meio” ou “canal” por onde outras instituições sociais, grupos e indivíduos “fazem seus jogos e tecem suas teias de poder e interação social” (RIBEIRO, 2004, p. 12)<sup>8</sup>.

Nesse sentido, acabamos por trabalhar com dois temas - história do pensamento político e a relação entre imprensa e política - que enriquecem e geram ferrenhas disputas nos debates historiográficos, mas também, possibilitam um profícuo diálogo interdisciplinar.

## História dos conceitos e Imprensa

---

elaboração das representações ocorre em uma situação de conflito, ou seja, mediante uma verdadeira disputa entre os grupos e entre os profissionais especializados na produção de bens simbólicos (CHARTIER, 2002, p. 09-10).

<sup>3</sup> Considera-se “grande imprensa”, os “títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (LUCA, 2008, p. 1). No caso desta pesquisa, para um periódico ser considerado pertencente à “grande imprensa”, é preciso que possua uma tiragem superior a 40 mil exemplares/dia, no período estudado, que possua regularidade e continuidade em suas edições, que seja estruturado administrativamente, com divisão do trabalho no interior das redações, além da utilização de técnicas industriais na produção dos periódicos.

<sup>4</sup> Em relação à preocupação com a ação política da imprensa na década de 1950, especialmente no fim do Segundo Governo Vargas, podemos citar, dentre outros trabalhos: ABREU; LATTMAN-WELTMAN (1994), SILVA (1978), SODRÉ (2011) e FERREIRA (2004).

<sup>5</sup> Sobre a atuação da imprensa no período pré-golpe de 1964 ver, especialmente, SILVA (2017).

<sup>6</sup> No caso brasileiro, a ênfase na condição da imprensa como instrumento político pode ser exemplificada pelos trabalhos de SODRÉ (2011), GOLDENSTEIN (1987), RIBEIRO (2002) e, por fim, é a base da argumentação de LAURENZA (1998).

<sup>7</sup>BOURDIEU (1996), (1990).

<sup>8</sup> Perspectivas encontradas, entre outros, em BARBOSA (2007), RIBEIRO (2004), MARTINS (2016), KRILOW (2018).

Uma importante vertente do fazer história do pensamento político é a história dos conceitos formulada por Reinhart Koselleck. Essa proposta parte de duas críticas fundamentais: a primeira, refere-se à baixa contextualização de ideias e conceitos utilizados no passado e, por consequência, ao anacronismo daí resultante. Já, a segunda crítica é voltada para a essencialidade das ideias, isto é, para as interpretações que concebem as ideias como constantes e imutáveis, está última, caracterizando a direção contextualista de caráter sincrônico (JASMIN, 2005, p. 31).

Mas Koselleck também avança em outra direção, isto é, no caráter diacrônico, pois sua abordagem “está interessada nos modos pelos quais as gerações e os intérpretes posteriormente leram, alterando os seus significados”, dessas proposições políticas do passado (JASMIN, 2005, p. 32). Por isso, para Koselleck, os conceitos são históricos, sofrendo as ações do tempo e espaço, assim, a história dos conceitos preocupa-se com o registro de como os usos dos conceitos foram mantidos, alterados ou transformados. Tudo isso em uma relação dialógica entre o “espaço de experiência” – a história vivida – e o “horizonte de expectativa” – a história por vir (KOSELLECK, 2006, p. 142).

Neste sentido, “trata-se de pôr os conceitos políticos e sociais em relação com a continuidade ou a descontinuidade das estruturas políticas, econômicas e sociais, o que resulta em ter como tema favorito a elaboração conceitual produzida em tempos de mudança rápida” (JASMIN, 2005, p. 33). Sendo que, diferente da tradicional história das ideias que reconhece apenas as grandes obras e os grandes autores, Koselleck valoriza a elaboração conceitual encontrada em escritos tidos como “menos nobres” pela historiografia tradicional, como, por exemplo, a imprensa (KOSELLECK, 2006, p. 103).

Assim, torna-se extremamente lícito analisarmos as representações sobre as eleições de 1958, no *Correio da Manhã*, uma vez que a imprensa é fonte/objeto legítimo de análise da história dos conceitos e o período em questão está inserido em uma época de grandes e rápidas transformações políticas, sociais e econômicas, momento propício para o estudo das elaborações conceituais, ainda mais na imprensa que é o lugar por excelência onde as tomadas de posição políticas são criadas/difundidas.

No contexto histórico do período pesquisado, ocorreram concomitantemente a consolidação do processo de industrialização do país (BAER, 1996, p. 73)<sup>9</sup>, a ampliação da população (GOMES, 2003, p. 49)<sup>10</sup>, o acelerado processo de urbanização (SANTOS, 1996;

---

<sup>9</sup> Ver também: Thomas MERRICK (1986, p. 31); LEOPOLDI (2000).

<sup>10</sup> Sobre a ampliação da população consultar: CANO (1989). Sobre os processos migratórios consultar: ALVES; SOUZA; RENNEN (2011).

SINGER, 1973) e significativas alterações no campo político em uma época de governos democráticos (SOUSA, 1976)<sup>11</sup>. Estas últimas, desencadeadas pela abertura política do pós-1945, que gerou uma significativa ampliação do direito ao voto, o que possibilitou a incorporação de grupos até então deslocados dos processos decisórios, gerando mudanças qualitativas no eleitorado, bem como nas estratégias de mobilização e captação dos votos desses novos eleitores. Fatores que interferiram na estrutura dos poderes políticos (LIMA Jr. 1981, p. 26)<sup>12</sup>.

Processos que não passaram despercebidos pela imprensa do período, que segundo Lavina Ribeiro (2004, p. 359) já havia desenvolvido modos próprios de inserção no espaço público, “tornando-se uma instituição com critérios e procedimentos próprios de estruturação, funcionamento e manifestação pública”, situação que pode ter se consolidado com o aprofundamento das transformações no jornalismo carioca<sup>13</sup>, pois, ao construírem-se como intérpretes supostamente isentos e objetivos do mundo social, os jornalistas também estavam idealizando a profissão e o seu papel perante a sociedade.

Quando a autora aborda as formas de financiamento da maior parte da “grande imprensa” brasileira, ela faz importante questionamento: como compreender o fato de que o Estado, durante toda a primeira metade da década de 1950, foi um importante – se não o principal – investidor na estruturação material dos jornais (com empréstimos, isenções de taxas, facilitação na importação, subvenções etc.), e, mesmo assim, a maioria dos diários fez uma ostensiva oposição à Vargas, então presidente da República? Como proposta, Lavina Ribeiro (2004, p. 313) indica que o caminho para se buscar esta resposta está na procura de outras variáveis explicativas, além da base material para compreender esse quadro, isto é, como as disputas de poder, não só entre políticos, mas deste em relação aos jornais e dos próprios jornais entre si<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> Importante ver LAMOUNIER; MENEGUELLO (1986).

<sup>12</sup> Válido consultar: FLEISCHER (1981).

<sup>13</sup> A década de 1950 é concebida como o período em que ocorre a passagem do chamado “jornalismo político-literário”, pautado no modelo francês, para o “jornalismo empresarial”, baseado no modelo norte-americano de objetividade e neutralidade da notícia. Sobre este tema, consultar CHALABY (2003); ABREU; LATTMAN-WELTMAN (1996), GOLDENSTEIN (1987) e RIBEIRO (2007).

<sup>14</sup> Lavina Ribeiro foca a sua análise no caso da ferrenha oposição de Carlos Lacerda frente a Vargas. Para buscar uma interpretação do motivo que levou Lacerda a esta posição, que fugisse de uma explicação baseada em um marxismo mecanicista, a autora destaca a própria história desse jornalista. Lacerda almejava chegar a posições superiores na hierarquia ocupacional e decisória do Estado. O que se concretizou ao se tornar deputado federal pela UDN em 1954. Com um conceito particular, de “povo” que se referia apenas aos ocupantes das mais altas camadas ocupacionais do Estado e os demais da camada imediatamente inferior, Lacerda reunia um público que era atraído pela noção restritiva de democracia. Assim, somente aqueles devidamente educados e integrados produtivamente no sistema social e na luta contra fatores desestabilizadores da qualidade destas integrações e posições” (comunismo e corrupção dentro da burocracia do Estado), poderiam participar das tomadas de

Questões consideradas por Marialva Barbosa (2007, p. 151) que, ao analisar a campanha de 1954 que culminou no suicídio de Vargas o reconheceu a imprensa “como força dirigente superior mesmo aos partidos e as facções políticas”. Em consequência, para ela, os jornais não são meros apêndices da política. Neste caso, não se pode afirmar que a política subordina o jornalismo, muito pelo contrário, Barbosa defende que, em muitas oportunidades, os jornais foram mais determinantes nos desfechos políticos do que as próprias instituições partidárias.

Neste contexto a análise das posições políticas criadas e difundidas pelo *Correio da Manhã*, mostram-se ímpares, uma vez que, desde sua fundação este periódico se constrói como um “jornal de opinião”, mas sem “vínculos partidários”, autoconstrução que lhe gerou grande reconhecimento entre os pares e perante o público. Não por acaso que constantemente tal posicionamento é retomado, como por exemplo na edição comemorativa ao seu cinquentenário, quando o discurso de Edmundo Bittencourt é retomado e lê-se: “o *Correio da Manhã* não tem, nem terá jamais ligação alguma com partidos políticos. É uma folha livre”. Em suma, “um jornal que se propõe e quer deveras defender a causa do povo, não pode ser um jornal neutro; há de ser forçosamente um jornal de opinião” (CM, 15/06/1951, 1°C, p. 1).

O *Correio* foi um periódico matutino, fundado 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt e na década de 1950, era considerado um dos principais órgãos da imprensa brasileira. Reconhecido como jornal de maior prestígio em função da qualidade do texto e dos profissionais de redação. Nesse sentido, utilizava uma linguagem rebuscada, muito texto e poucas imagens. Quanto à orientação doutrinária, é classificado pelo verbete do DHBB (Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro) genericamente como “liberal”, mas sem que se explicita o sentido em que este conceito é usado.

Ao que tudo indica, seu público leitor na década de 1950 estava concentrando na “alta burguesia” e “classe média alta”, entretanto seu orçamento, majoritariamente provinha das verbas publicitárias e não das vendas avulsas e/ou assinaturas (RIBEIRO, 2007, p. 65). Sua tiragem diária em 1958 foi de 57 mil exemplares/dia (RIBEIRO, 2007, p. 60).

Outro elemento marcante é o posicionamento oposicionista que parece explicar a linha “participante e combativa” que Edmundo Bittencourt imprimiria ao jornal e que teria passado à direção de seu filho Paulo Bittencourt, que assumiu o *Correio* em 1929. Deve-se salientar também um razoável compromisso “legalista”, pois, mesmo apoiando as duas candidaturas à Presidência do udenista Eduardo Gomes (1945 e 1950), defendeu a posse de Vargas quando a

---

decisões políticas (RIBEIRO, 2004, p. 332-33). Algo que ia em sentido contrário ao movimento de abertura política que estava em processo desde 1946, assim como, em direção oposta as propostas getulistas.

UDN – e outros órgãos de imprensa, como o *Estadão* – era contra. O mesmo acontecendo nos casos de Café Filho e de João Goulart (DHBB, 2001).

Dentro deste contexto, podemos indagar: o que as representações sobre as eleições de 1958, do *Correio da Manhã*, podem nos dizer sobre a percepção em relação à democracia então vigente? O que essas representações nos informam sobre o espaço de experiência, ou se preferirmos, sobre o vivido? Ainda mais, o que nos esclarece acerca do horizonte de expectativa desse jornal, isto é, o possível por vi? Vamos a isto então.

### **Eleições representadas: democracia em debate**

A partir da escolha de um acontecimento - eleições de 1958 – formou-se o *corpus documental* de análise. Esse *corpus* constitui-se com base em uma varredura intensiva em todos os dias de dois meses específicos - setembro e outubro. Em virtude do objetivo central – identificar o posicionamento “oficial” do *Correio da Manhã* – deu-se preferência para a coleta e para a análise dos textos publicados no que é considerada a “página de opinião” do jornal<sup>15</sup>.

Com isso, obtivemos 61 textos, dentre estes 27 editoriais principais, 16 editoriais menores e, por fim, 18 textos da prestigiada coluna não assinada *Tópicos & Notícias*<sup>16</sup>. Além do estudo sobre a especificidade de produção e organização textual no interior do jornal *Correio da Manhã*, a distinção feita entre editorial principal e editorial menor segue o critério

---

<sup>15</sup> O jornal *Correio da Manhã*, possui a característica de dar destaque para os chamados textos de opinião. No período em questão, estes ficam, em sua maioria, localizados na página 6 do primeiro caderno. Nesta “página de opinião”, o editorial principal ocupa uma posição de realce, mas existem, normalmente abaixo e ao lado deste conteúdo, outros textos menores e não assinados, cuja linguagem é idêntica à do editorial principal. Desta forma, consideramos tais escritos como editoriais menores. Ainda nesta página tem-se a coluna “*Tópicos & Notícias*”, por fim, o restante da página é preenchido com diversos artigos escritos, em sua grande maioria, pelos colaboradores assíduos do jornal. Mas importa destacar que, quando privilegiamos este espaço não se estamos pensando que não haja a emissão de opiniões e juízos de valor nas demais seções do diário, apenas é o lugar que melhor se adequa ao objetivo da pesquisa - apreender o que é difundido como sendo a “opinião oficial” do diário.

<sup>16</sup> Considera-se o *editorial* como o espaço privilegiado, mas não único, de expressão do que deveria ser considerado o ponto de vista oficial do jornal e/ou da redação, é um texto analítico que não possui assinatura. No caso do *Correio*, como já referido no período que abarca esta pesquisa, o editorial principal possui posição fixa no interior do jornal: canto superior esquerdo na página 6; sua diagramação também é a mesma: título destacado em negrito e tamanho de fonte grande; ocupa a largura de três colunas. Por seu turno, os editoriais menores também possuem posição fixa: logo abaixo do editorial principal; sua diagramação segue o padrão de título em negrito e caixa alta, com tamanho grande; ocupa a largura de uma coluna e meia. Já as *colunas*, em particular as que não são assinadas, geralmente tratam de temas ligados à editoria ou às seções onde são diagramadas, apresentam uma aproximação muito forte com as opiniões emitidas nos editoriais (AGUIAR, 2016, s/p). Além disso, um elemento que vale ser destacado é que, em muitos casos, uma coluna pode acumular um grande capital de prestígio, a ponto de tornar-se uma referência do jornal, como foi o caso da coluna “*Tópicos & Notícias*”. Esta ocupa posição fixa: inicia abaixo do editorial menor, mas continua ao lado do editorial menor, alcançando a lateral direita do editorial principal.

de centimetragem e de “linha de leitura”, ou seja, formando um “X” na página<sup>17</sup>, o que evidencia qual texto a equipe editorial desejava dar maior destaque.

Assim, a partir da análise deste *corpus documental*, podemos estabelecer três *unidades de análise* pertinentes a este trabalho: 1) características dos partidos; 2) características da política brasileira e 3) características do sistema eleitoral. *Unidades* que expõem direta e/ou indiretamente percepções sobre a democracia vigente no Brasil, mas também permitem, de forma indireta que se extraia um conceito de *democracia* e de *partido* das páginas do *Correio da Manhã*. Assim, iniciaremos a abordagem com os dois primeiros eixos: características dos partidos e da política brasileira.

O primeiro elemento constatado pelo *Correio da Manhã* é a existência de uma grande “pluralidade partidária”, sendo esta vista como negativa ao sistema vigente, por acarretar o “fragmentarismo da vida política brasileira” e, por consequência, a instabilidade na política nacional (*CM*<sup>18</sup>, 02/09/1958, p. 6, 1°C<sup>19</sup>, EP<sup>20</sup>). Mas essa instabilidade também seria decorrente, dentre “outros fatores, da falta de caracterização política, de diferenciação ideológica dos partidos políticos nacionais”, pois “eles só se distinguem pelas siglas – e se misturam tanto nos programas, interesses, apetites de poder tanto quanto nos cambalachos” (*CM*, 02/09/1958, p. 6, 1°C, EP). Assim, no Brasil, apenas “os pequenos partidos (PSB, PL, PDC) são precisamente os que ideologicamente mais se diferenciam da grande promiscuidade doutrinária em que se mesclam o PSD e a UDN” (*CM*, 02/09/1958, p. 6, 1°C, EP).

A partir dessas passagens, tem-se a referência a uma das características mais recorrente nos textos da “página de opinião” do *CM*, isto é, a falta de definição ideológica dos partidos políticos brasileiros. Dessa forma, “no Brasil do momento, dentro de cada legenda há de tudo: há candidato conservador apoiando candidato trabalhista; há trabalhistas apoiados por comunistas” (*CM*, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EP). O que segundo o texto editorial, armou no país, não “apenas uma mixórdia eleitoral”, mas “a maior desordem legislativa” (*CM*, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EP).

Nesta mesma linha, em outro texto de editorial, aponta-se que “as ideias mais antagônicas foram misturadas, os acordos mais excludentes foram selados”, tudo em “verdadeira promiscuidade” (*CM*, 03/10/1958, p. 6, 1°C, EP). Em decorrência disso, afirma-se que “os partidos não têm ideias e só cálculos” e que a ausência de ideias é “evidenciada pelos

---

<sup>17</sup> Segundo Rafael Silva, em decorrência da escrita ocidental da esquerda para a direita, no sentido horizontal, nossa “visão instintivamente se desloca com rapidez em diagonal para o lado inferior oposto” assim, “a rota básica da vista se projeta do lado superior esquerdo para o lado inferior direito” (SILVA, 1985, p. 47-48).

<sup>18</sup> Abreviação para o nome do jornal, *Correio da Manhã*.

<sup>19</sup> Abreviação para primeiro caderno.

<sup>20</sup> Abreviação para editorial principal.

partidos, que embrulham tudo numa salada” (CM, 03/10/1958, p. 6, 1°C, EP). Assim, no editorial precedente ao último citado, destacamos que todos os acordos – especialmente com os comunistas - “em que refocilam partidos e candidatos são sobretudo melancólicos pelo que de grave denunciam. Mostram um absoluto desapego pelas ideias. Nenhum partido é fiel à sua bandeira” (CM, 02/10/1958, p. 6, 1°C, EP). Nesses termos, é questionado: “que pode esperar um país que suas elites se mostram tão desapegadas às ideias? A que pode conduzir esse cinismo utilitarista?” (CM, 02/10/1958, p. 6, 1°C, EP).

Questões que, ao serem formuladas e difundidas, indicam uma preocupação com o comando do destino do país, que poderia ser indício de certa desconfiança em relação à forma como estava sendo conduzido o regime democrático no Brasil. Neste contexto, será que como instituição o jornal *Correio da Manhã* não possui nenhuma proposta?

Entretanto tais perguntas também apontam outra característica dos partidos políticos brasileiros, segundo as páginas do CM: ausência de programas e ideias políticas definidas em cada partido.

Perspectiva também identificada em um editorial menor que, ao se referir às eleições para a prefeitura de Belo Horizonte, evidencia que o candidato mais cotado é proveniente da coligação UDN-PSD-PDC-PSB-PL. Esta aliança partidária é considerada como “a mais heterogênea das coligações”, e, mesmo que tal candidato seja eleito, para o jornal, ele dificilmente poderá atender as demandas de todos os integrantes da aliança, e mesmo assim, os cinco partidos estariam de acordo (CM, 30/09/1958, p. 6, 1°C, EM<sup>21</sup>). Neste momento, foi feita outra indagação: Será que esses partidos “abdicaram de seus programas para entregar-se a um salvador de sua cidade?”. A resposta é negativa, e continua o texto: “a explicação é outra: os cinco partidos não precisam renunciar aos seus programas porque não os têm” (CM, 30/09/1958, p. 6, 1°C, EM).

Sendo que essas alianças simbolizam “uma declaração de falência de política partidária”, uma vez que “a diferença entre PSD e UND em Minas é tão feroz porque é mais de natureza pessoal e familiar do que política. E o PSB, PDC e PL sabem muito bem que não podem obter o que querem, são, assim, satélites que aderem a quem vencer (CM, 30/09/1958, p. 6, 1°C, EM). Estes trechos são de extrema relevância, pois, além, de abordar a questão da ausência de programas e ideias políticas definidas em cada partido, ainda contém a percepção de que os interesses particulares se sobrepõem aos coletivos, perspectiva retomada em outro editorial, onde se lê que,

---

<sup>21</sup> Abreviação para editorial menor.

Em países como o nosso em que os partidos colocam seu centro de interesse muito mais na caçada dos cargos e vantagens do que na fidelidade à ideias, os atritos em períodos eleitorais são inevitáveis. Decorrem do privatismo, do personalismo, da ausência de motivações coletivas (CM, 16/10/1958, p. 6, 1°C, EP).

Dessa forma, não se estranha a afirmação, em outro texto, que a “política é no Brasil uma especialização autônoma, separada da realidade dos problemas econômicos, sociais e culturais” (CM, 08/10/1958, p. 6, 1°C, EM). O que reflete em outra constatação, a ausência de mobilização política fora do período eleitoral, dos pleitos, elemento identificado em dois editoriais. Em um, lê-se: “eis o que é a vida partidária brasileira. Durante os períodos em que as urnas se recolhem aos porões do Tribunal Superior Eleitoral, nenhum deles dá sinal de vida” (CM, 30/09/1958, p. 6, 1°C, EP). Já no outro foi questionado: “mas quem pensa em futuro, nesta terra, no intervalo entre as eleições?” (CM, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EP). De forma indireta, outros escritos do periódico respondem essa pergunta: os comunistas.

Diante deste contexto, poder-se-ia perguntar se, na perspectiva dos textos no *Correio da Manhã*, todos esses fatores não seriam problemáticos para a democracia brasileira?

Segundo as páginas do diário dos Bitencourt sim, especialmente pela brecha que essa situação abriria para a infiltração comunista. O que nos leva a outra característica dos partidos políticos brasileiros apontado pelos textos do CM: perigo de infiltração comunista.

Posição identificada na coluna não assinada *Tópicos & Notícias* quando se afirma que “o comunismo está se fortificando ao lado dos trabalhistas” (CM, 06/09/1958, p. 6, 1°C, CNAT&N<sup>22</sup>). Perspectiva retomada em um editorial onde se identifica certo receio em relação às aparições políticas de Luis Carlos Prestes e Plínio Salgado, pois este “conluio totalitário visava explorar, na sistemática das instituições, o ano eleitoral que então começava a arregimentar-se nas composições dos partidos democráticos” (CM, 12/09/1958, p. 6, 1°C, EP).

Pela ótica encontrada nas páginas do periódico, a “infiltração comunista nos partidos democráticos” foi iniciada no PTB. Assim, os comunistas perfuraram o PTB e “depois perfurarão o regime” (CM, 27/09/1958, p. 6, 1°C, EP). Em um editorial com título bem sugestivo, “Votos vermelhos”, podemos ler que “a ameaça hoje criada pelos acordos do PTB com os comunistas não está no fato de receberem os candidatos petebistas votos vermelhos, mas em abrir sua legenda franqueando-a aos candidatos comunistas”, pois neste movimento, “o PTB está dando aos camaradas do sr. Luís Carlos Prestes a gazuca de que carecem para forçar as portas do regime (CM, 16/09/1958, p. 6, 1°C, EP).

Nesse sentido, outro texto destaca “se, como acontece agora com o Partido Trabalhista Brasileiro, não impedem, mas, antes propiciam e negociam a infiltração comunista – deixam,

---

<sup>22</sup> Abreviação para: coluna não assinada *Tópicos & Notícias*.

obviamente, de ser partidos puramente democráticos”. Mais grave é a situação, pois “uma outra consciência – a da submissão aos interesses e táticas comunistas – entra a substituir-lhes o conteúdo perdido, a base doutrinária esvaziada”(CM, 21/09/1958, p. 6, 1°C, EP). Neste momento, observa-se claramente um dos grandes problemas causados pela ausência de ideias, característica apontada anteriormente, ou seja, a “base doutrinária esvaziada” permite que outras ideias - que não são democráticas, mas sim “totalitárias” – infiltrem-se nos postos de comando, o que poderia gerar sérios riscos à manutenção do regime.

Mas, apesar das constantes referências ao PTB, as críticas são centradas especialmente em um nome, João Goulart, que, como presidente do Partido Trabalhista e vice-presidente do país, “ao abrir as portas do seu partido aos comunistas, dá ingresso aos comunistas no governo” (CM, 14/09/1958, p. 6, 1°C, EP). Assim, alerta o jornal: “o Brasil tem muito a temer do fatalismo da absorção do sr. João Goulart pelos comunistas, tem muito a recear do Cavalo de Tróia da aliança comunista-petebista”. Ainda mais, “o ecletismo das alianças eleitorais do sr. João Goulart lançará confusão no eleitorado trabalhista”, que tenderá “a confundir trabalhismo e comunismo” (CM, 14/09/1958, p. 6, 1°C, EP). E, mais uma vez, a democracia estaria ameaçada.

Entretanto, argumenta novo texto, “a UDN que é muito pouco original e, por isto, combate os adversários fazendo precisamente o que eles fazem (...) não quis ficar atrás”. Assim, para “suprir a falta de um estoque de líderes que o país estime, atirou-se nos braços do sr. Prestes, que é hoje uma espécie de passivo estuário de quantos tenham ânsia de poder neste país” (CM, 26/09/1958, p. 6, 1°C, EM). Dessa forma, não por acaso, o jornal afirma em outro texto: “deste pecado, não ficou isenta o própria Oposição” e, por isto, “a promiscuidade generalizou-se” (CM, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EP), referindo-se às alianças entre os partidos chamados democráticos e os comunistas. Toda essa situação, afirma-se em outro editorial, demonstra que

Os tempos estão mudando e, se alguma coisa há a lamentar é o descompasso entre elites e povo.

Enquanto este amadurece para o exercício democrático, as elites mostram-se cada vez mais incapazes de dirigir. Como exemplo disso aí estão os cambalachos em que chafurdam partidos e candidatos.

Não é só o PTB que se alia aos comunistas (CM, 02/10/1958, p. 6, 1°C, EP).

Neste momento, chega-se em uma questão muito cara ao *Correio da Manhã*, isto é, o papel das elites brasileiras, concebidas pelo periódico em diversas passagens como incapazes de dirigir o país, pois não conseguem se ajustar a esta nova realidade que vem se conformando no Brasil, com a emergência de novas forças políticas e, com isso, também colocam a democracia em perigo. Assim, constata-se: “o que se verifica no procedimento dos

partidos políticos aliados aos totalitários, em seus raciocínios, suposições e barganhas, é a completa desfiguração e abstração dos seus deveres para com o regime democrático” (*CM*, 12/09/1958, p. 6, 1ºC, EP).

Entretanto, alerta outro editorial, não se pode esquecer que “acordos desse tipo, embora profundamente contrários à verdadeira consciência democrática, tornaram-se, infelizmente, desde as eleições de 1945, um triste lugar comum na vida política brasileira” (*CM*, 16/09/1958, p. 6, 1ºC, EP). Apontamento que nos faz levantar a hipótese sobre a existência de uma visão negativa desse modelo político implementado em 1945, regime que penderia mais para alianças e com isso, para a indiferenciação ideológica, do que para disputas entre partidos ideologicamente marcados. Em outras palavras, podemos perguntar: será que as posições encontradas no *Correio* indicam que, para esse jornal, o regime democrático brasileiro já “estaria contaminado” com “os germes” de sua possível destruição? Ou ainda, existindo tantos entraves para a efetivação da democracia brasileira, pode-se questionar se implicitamente não há um discurso próximo aos pensadores autoritários como Oliveira Vianna e Azevedo Amaral que apontam para a inadequação da democracia no Brasil e para a “falsidade” do sistema representativo? Caracterizando uma linha de pensamento semelhante ao que Gildo Brandão nomeou de “idealismo orgânico” (BRANDÃO, 2005), argumentação que auxilia na construção e reforço da perspectiva do idealismo utópico da nossa elite, tema recorrente na cultura política brasileira (LYNCH, 2015). Assim, lançamos nossa primeira hipótese, que ainda será investigada.

Considerando a forma negativa que o *Correio da Manhã* representou não apenas os partidos políticos, mas também o sistema partidário como um todo e a política brasileira no geral, nesse período das eleições de 1958, não é de estranhar que as percepções sobre o sistema eleitoral não fujam às críticas do periódico.

Ao criticar o Executivo por ter criado uma portaria, posteriormente derrubada pela Justiça Eleitoral, que instituía a censura previa ao acesso da oposição às emissoras de rádio e televisão, pode-se identificar uma distinção entre o que poderia ser considerado como uma eleição ideal, ou seja, “lícitas, limpas e legítimas” e a realidade dos pleitos nacionais, com seu “vício insanável: o da coação” (*CM*, 02/09/1958, p. 6, 1ºC, EP). Também são identificadas críticas ao processo de apuração dos votos, ou melhor, a demora nessa apuração, que fica desconfigurada em função da “lentidão mórbida de uma contagem desconfiada dos votos” (*CM*, 04/10/1958, p. 6, 1ºC, EP). Mas existem outras questões de fundo que são tratadas nas páginas do *Correio*, como por exemplo, a abordagem sobre a aritmética eleitoral. Tal sistema promulgado na Constituição “manda distribuir os mandatos conforme a população”, e, para o

CM, isto “favorece os Estados com maior percentagem de analfabetos, que não tem o direito do voto – evidente injustiça” (CM, 11/10/1958, p. 6, 1°C, EM).

Assim, “a aritmética eleitoral favorece o interior rural e o Nordeste e Norte latifundiários, em detrimento do Sul, das áreas industrializadas e das grandes cidades”, o que demonstra que esse sistema “não é só recurso para falsificar as eleições. É instrumento perigoso para alargar o abismo entre a realidade da nação que trabalha e – por outro lado – o mundo das intrigas profissionalmente políticas”<sup>23</sup> (CM, 11/10/1958, p. 6, 1°C, EM). Então, como solução, afirma o jornal, “sugerimos que a distribuição dos mandatos, para a Câmara dos Deputados, entre as unidades da Federação seja feita conforme o número dos eleitores inscritos”, isso expressaria melhor a vontade popular manifestada nas urnas (CM, 11/10/1958, p. 6, 1°C, EM).

Essas argumentações expõem duas posições centrais do *Correio*.

A primeira, em relação à denúncia contra os latifúndios e as forças oligárquicas, ou melhor, a preocupação de que o país “termine em mãos de grupos oligárquicos” (CM, 02/09/1958, p. 6, 1°C, EP), que simbolizam, segundo o sociólogo Jacques Lambert, citado em outro editorial, “o Brasil antigo, em que subsistem os laços de dependência feudal” (CM, 10/10/1958, p. 6, 1°C, EM).

Entretanto, salienta-se positivamente que este Brasil antigo está sendo invadido pelo novo, movimento expresso pela “decadência dos poderes locais, aos quais o povo começa a recusar a obediência” (CM, 10/10/1958, p. 6, 1°C, EM). Em última análise, na perspectiva deste texto, esse processo de alteração é decorrente das “profundas modificações econômicas e sociais pelas quais está passando o Brasil”, que “não podem deixar intacta a superfície: a distribuição dos poderes políticos” (CM, 10/10/1958, p. 6, 1°C, EM). Essa constatação nos é extremamente relevante, pois evidencia um posicionamento direto no *Correio da Manhã* sobre as mudanças em andamento, no período estudado.

A segunda, é relativa à questão do voto dos analfabetos. Neste item, a posição apresentada oficialmente pelo jornal é que, no Brasil, o “regime representativo não passa de uma ficção jurídica”, uma vez que “a maioria da nação fica sem representação no Congresso”(CM, 06/09/1958, p. 6, 1°C, EM). Em outro editorial, evidencia-se que a existência de partidos políticos, que representam interesses diferentes, às vezes antagônicos, é legítimo e, que

---

<sup>23</sup> Novamente voltando a questão de no Brasil a política ser uma especialização autônoma, distante da realidade dos problemas econômicos, sociais e culturais.

As pessoas que não sabem ler nem escrever, também tem interesses na vida. Mas não são representadas, por ninguém, nas assembleias e nos governos. No Brasil, ficam desse modo quase 50% da população sem representação; no Norte e Nordeste do país, entre 70% e 80%. Essas pessoas não representadas pagam impostos dos mais onerosos, os impostos indiretos, sem terem sido consultadas a respeito. Lembramos o lema em que a América do Norte se revoltou no século XVIII contra o rei da Inglaterra para fundar sua democracia: 'No taxation without representation'. É o critério da democracia. Nesse sentido o Brasil, com tantos contribuintes sem representação, ainda não é democrático (CM, 23/10/1958, p. 6, 1°C, EM).

Essa argumentação não nos parece gratuita. Em sua base, segundo nossa interpretação, existe um projeto que está sendo defendido, a saber, a extensão da cédula única para as eleições proporcionais. Assim, a defesa da perspectiva que os poderes locais estariam perdendo sua força, poderia legitimar a extensão do voto aos analfabetos - já que estes se concentram justamente nas áreas em que os laços de dependência, apadrinhamento eram mais fortes -, sendo que esta extensão seria possível a partir da cédula única, pois

Não é menos importante para o futuro, o fato de que os dizeres na cédula única podem ficar acompanhados de símbolos partidários que qualquer um entende. Foi desse modo que se introduziu na Itália o direito de voto dos analfabetos. Este é muito mais importante no Brasil, onde metade da população adulta do país inteiro não sabe ler nem escrever (CM, 06/09/1958, p. 6, 1°C, EM).

Assim, segundo o editorial, “a cédula única será o caminho pelo qual a ficção se tornará realidade” (CM, 06/09/1958, p. 6, 1°C, EM). Bem como, com esse sistema dificultaria a ação dos cabos eleitorais que “abastecem de cédulas dos seus candidatos o eleitorado de cabresto, escamoteando as dos adversários”, já que a cédula única será entregue pelo presidente da mesa, no ato da votação (CM, 06/09/1958, p. 6, 1°C, EM).

Dessa forma, em outro texto, encontramos o reforço: “coerentes com manifestações anteriores, apoiamos a introdução geral da cédula única”, para “se eliminar tudo que possa falsificar a expressão da vontade soberana do povo” (CM, 11/10/1958, p. 6, 1°C, EM). O que leva a se argumentar em outro escrito: “esse sistema, graças sobretudo à campanha que o *Correio da Manhã* levou a efeito quando do último pleito presidencial, tornou-se vitorioso para os votos majoritários”, foi repetido nas eleições 3 de outubro, com satisfação. Assim, “não há, portanto, razão alguma para deixar de ser extensivo à eleição proporcional” (CM, 26/10/1958, p. 6, 1°C, CNAT&N).

Entretanto, ainda no primeiro texto citado sobre esse tema, faz-se um alerta quanto as desvantagens ou limites desse sistema, tendo em vista que, em função do elevado número de candidatos, as cédulas únicas seriam gigantescas e, assim, “nem sequer o eleitor mais alfabetizado seria capaz de encontrar dentro de um tempo razoável, o nome da sua preferência para marca-lo”. Diante disso, alega-se que “a cédula única é incompatível com o sistema de votação em nomes. Só é compatível com a votação em partidos, em legendas”. O que nos leva

a outra questão que, em nossa perspectiva, tornou-se bandeira do *Correio*: a instituição do voto em legenda ou partidos.

Assim, segundo editorial, “a preferência pelas legendas seria o caminho para uma votação coerente, harmoniosa” (*CM*, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EP). Mas isso não dificultaria o discernimento do eleitor, uma vez que, “dentro de cada legenda há de tudo”? Segundo a posição do *Correio da Manhã*, não, pois, seria a partir de uma ampla reforma – proposta pelo periódico -, com a implantação da cédula única, possibilitada pela votação em partidos ou legendas, que “os candidatos à representação do povo teriam de apresentar-se como defensores de determinadas ideias e projetos, em vez de apresentar-se, assim como acontece hoje, como Fulano, salvador da Pátria ou Beltrano, anti-salvador” (*CM*, 06/09/1958, p. 6, 1°C, EM). Por isso, argumenta-se:

As vantagens são muitas: a extraordinária simplificação do processo eleitoral permite apuração rápida; a abolição das cédulas individuais acabará com os últimos restos de coação e burla; a votação por legenda obriga os partidos a maior coesão e fidelidade aos programas (*CM*, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EM).

Esse sistema, continua o texto, foi inventado na Suíça e “é a grande arma contra o caudilhismo sul-americano, contra os falsos messias e salvadores da pátria. É uma arma da civilização”. Assim, com a votação em legenda, pretende-se “civilizar a política brasileira” (*CM*, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EM). Mas este processo não é livre de desvantagens, sendo o seu maior defeito o fato de que “o eleitor só vota na legenda; e a designação dos eleitores fica nas mãos das burocracias partidárias”. Entretanto, argumenta-se que este “é um defeito que pesa tanto menos quanto mais claramente se definem os partidos”, por isso, “aquele defeito é a maior vantagem da votação por legenda, pois acaba com o personalismo” (*CM*, 25/09/1958, p. 6, 1°C, EM).

Bem, até o momento apresentou-se as representações criadas e difundidas pelo *Correio da Manhã* sobre os partidos, a política brasileira e o sistema eleitoral nacional no período das eleições de 1958. Percebe-se que são representações negativas, com forte carga crítica, algo que segundo nossa interpretação não são posicionamentos aleatórios, tendo em vista, que as representações auxiliam na criação da realidade que dizem apenas representar.

Dessa forma, como outra hipótese, argumentamos que existe um “projeto” político nos espaços compreendidos como locais de difusão da posição institucional do *Correio da Manhã* e que, sem cair no nominalismo, as representações negativas poderiam legitimar a construção deste “projeto”. Uma vez, que não por acaso este projeto atenderia as demandas fundamentais, apontadas pelo jornal como os principais problemas, a saber: obrigaria os partidos a definirem-se ideologicamente e evitaria o personalismo, o que dificultaria a

“infiltração comunista”, além de esse processo tornar as eleições mais limpas e as apurações mais rápidas.

Assim, diante do contexto deste periódico – o seu espaço de experiência –, as representações sobre a democracia vigente no Brasil extraídas do *Correio*, indicam que para este periódico o regime não está completo, ou melhor, não se consolidou, pois, os partidos políticos e o sistema eleitoral ainda apresentam características que o jornal classifica como não democráticos, especialmente no que se referem à permeabilidade dos partidos pelos comunistas, a questão da não representação dos analfabetos, o forte personalismo, a incapacidade das elites de dirigir o país.

Mas importa ainda destacar que a partir dessas representações, é possível identificar a construção de um conceito de *democracia* e *partido* ideais de nas páginas do *Correio* – horizonte de expectativa - conceitos a partir dos quais o periódico “mede” a realidade brasileira e a condena por se afastar deste “modelo”. Embora isso nunca tenha aparecido abertamente definido, é possível identificar estes conceitos pelas críticas à realidade - negação do modelo ideal - e pelas propostas que o jornal apresenta para melhor o regime.

Assim, conforme nossa leitura, *democracia* para o *Correio* seria o máximo possível de representação eleitoral da população brasileira, incluindo o voto do analfabeto. Da mesma forma, o *partido* deveria ser uma unidade ideológica coerente e movido essencialmente por doutrinas e ideologias políticas, sem interferência de personalismos e interesses particulares.

Por fim, não podemos esquecer que o jornal dos Bittencour como instituição – assim como o restante da chamada “grande imprensa brasileira”- está tentando se inserir de forma legítima no debate público, por isso, poderia estar deslegitimando os partidos e o sistema eleitoral, para se construir como a instituição que melhor poderia representar os interesses da população brasileira. Mais do que isso, seria o agente responsável por construir um projeto que conduziria o país à democracia real, acabando com a “ficção” existente. O que pode evidenciar um conflito estrutural entre o jornal e política pela condição de porta-voz mais legítimo da opinião pública. Dessa forma, sem cair na teoria da manipulação, as visões negativas difundidas sobre os partidos, a política brasileira e o sistema partidário, são fundamentais para legitimar o projeto de ampla reforma constitucional, proposto pelo *Correio da Manhã*. Assim, mais do que simples udenismo ou críticas intransigentes ao governo e ao regime – como defende grande parte da bibliografia especializada –, existe um projeto de sociedade, de Brasil que está sendo criado, difundido e legitimado pelo *CM*, havendo a autoconstrução do jornal não apenas como o meio, o veículo, mas o agente desse projeto.

Deixando exposto que apesar das fortes críticas à democracia do período, não defende o abandono deste regime, mas sim a melhoria ou acirramento do sistema democrático. Assim, esse vivido pode ter gerado outro horizonte de expectativas, entretanto, no momento em que tal “projeto” não foi implementado e que todos os aspectos apontados como negativos pelo periódico foram aprofundados, não é de se estranhar que este jornal tenha aderido ao movimento que diz promover uma intervenção para “defendendo a democracia”, lembrando de toda retórica envolvida no Golpe de 1964. Neste sentido, poder-se-ia tentar uma aproximação entre o pensamento político identificado no *Correio da Manhã* e aquilo que Wanderlei Guilherme dos Santos chamou de autoritarismo instrumental (SANTOS, 1998), reforçando o caráter autoritário de cultura política brasileira. Mais uma hipótese que merecer mais estudos.

## Conclusão

Iniciamos este artigo com alguns apontamentos sobre a abordagem da história do pensamento político a partir da proposta de Koselleck, extremamente útil para este trabalho, pela valorização da imprensa como fonte/objeto de estudo.

Na sequência passamos para a análise do material coletado no jornal *Correio da Manhã*. Assim, ao longo deste trabalho, identificou-se a recorrência de três temas – *unidades de análise* - nas representações sobre as eleições de 1958: 1) características dos partidos; 2) características da política brasileira; 3) características do sistema eleitoral. Desta maneira, o *Correio* constrói a grande pluralidade partidária, como causadora do fragmentarismo e da instabilidade vida política brasileira.

Também nos textos do jornal dos Bittencourt se criticou a ausência de definição ideológica dos partidos políticos brasileiros, assim como a carência de programas e ideias políticas definidas em cada partido. O que possibilitou as mais diversas alianças, indicando, para o periódico, a falência da política partidária, mas também apontavam para o perigo da infiltração comunista para a democracia brasileira.

Percebeu-se, ainda, que o diário aponta que os interesses particulares eram colocados acima dos coletivos e que as elites brasileiras eram incapazes de dirigir o país. Questões que não deixam de refletir na forma negativa pela qual o periódico concebe o processo eleitoral vigente. Caracterizaram-se as apurações como extremamente demoradas, denunciou-se os latifúndios e as forças oligárquicas. Ainda criticou a aritmética eleitoral e julgou que grande

parte da população brasileira não estava representada politicamente em função do impedimento do voto dos analfabetos.

Entretanto, não ocorreram apenas desconstruções, mas também construções, com a elaboração, do que chamamos de um “projeto político”, que visava uma grande reformulação constitucional, para a implementação da cédula única e a instituição do voto em legenda ou partidos.

Nesse sentido, pode-se interpretar a forma negativa como no *Correio da Manhã* representou os partidos políticos, o sistema partidário como um todo, a política brasileira no geral e o sistema eleitoral, nesse período das eleições de 1958, como uma forma de deslegitimar o sistema, os partidos, a elite dirigente, ao mesmo tempo em que legitimava o seu projeto para a democracia brasileira e a sua condição de “grande defensor” da mesma. Construindo-se assim, como um agente legítimo e apto a indicar o caminho a seguir para se assegurar e concretizar a democracia no país, colocando-se assim, por vezes acima dos próprios partidos políticos.

Por fim, apontamos o que nos parece ser o conceito de democracia e de partidos identificados nas páginas do *Correio da Manhã*. Ambos conceitos que expressariam mais um ideal – horizonte de expectativa -, do que a “realidade” sócio-histórica, ou melhor, seria uma forma de pensamento originada a partir da negatização do vivido.

#### **Fontes:**

ADVERTÊNCIAS e abstenções. *Correio da Manhã*, 21 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, editorial principal.

ARGUMENTOS. *Correio da Manhã*, 23 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, editorial menor.

ARITMÉTICA. *Correio da Manhã*, 11 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, editorial menor.

AS ELEIÇÕES e os extremismos. *Correio da Manhã*, 12 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, editorial principal.

CÉDULA. *Correio da Manhã*, 06 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, editorial menor.

CÉDULA única. *Correio da Manhã*, 26 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, coluna não assinada Tópicos & Notícias.

CIVILIZAÇÃO. *Correio da Manhã*, 25 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, editorial menor.

COMUNISMO no governo. *Correio da Manhã*, 14 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, editorial principal.

CORONÉIS. *Correio da Manhã*, 10 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, editorial menor.

ELEITOR sob suspeita. *Correio da Manhã*, 04 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, editorial principal.

EM PRETO. *Correio da Manhã*, 02 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, editorial principal.

JOGO miúdo. *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, editorial principal.

LIBERDADE restaurada. *Correio da Manhã*, 02 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, editorial principal.

NORMALIDADE. *Correio da Manhã*, 08 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, editorial menor.

O PIOR cego. *Correio da Manhã*, 06 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, Coluna não assinada Tópicos & Notícias.

OS PERIGOS da vitória. *Correio da Manhã*, 16 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, editorial principal.

PIRATAS na costa. *Correio da Manhã*, 26 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, editorial menor.

PREFEITOS. *Correio da Manhã*, 30 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, editorial menor.

PROGRAMA para o intervalo. *Correio da Manhã*, 25 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, editorial principal.

REVOLUÇÃO no feriado. *Correio da Manhã*, 03 de outubro de 1958, p. 6, 1°C, editorial principal.

SENSO de proporção. *Correio da Manhã*, 04 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, editorial principal.

VEREDAS tropicais. *Correio da Manhã*, 27 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, editorial principal.

VOTOS vermelhos. *Correio da Manhã*, 16 de setembro de 1958, p. 6, 1°C, editorial principal.

### **Referências:**

ABREU, Alzira Alves de (coord). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2001.

ABREU, Alzira Alves de; LETMAN-WELTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In.: GÔMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. *A Imprensa em Transição: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AGUIAR, Rafe. *Dicionário Jornalístico: entenda todos os jargões*. Coisas de Jornalista, 2016.

ALVES, Eliseu; SOUZA, Geraldo da Silva; RENNEN Marra. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. *Revista da Política Agrícola*, Brasília, ano XX, n. 2, abr./jun. 2011.

BAER, Werner. *A economia Brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1900 – 2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BOURDIEU, P. Três estados do campo. In.: BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. Trad. de: Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. O campo intelectual: um mundo à parte. In.: BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: brasiliense, 1990.

BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do Pensamento Político Brasileiro. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 48, n. 2, 2005.

CANO, Wilson. Urbanização: sua crise e revisão de seu planejamento. *Revista Economia e Política*, São Paulo, vol. 9, n. 1, jan./mar. 1989.

CHALABY, J. O Jornalismo como invenção anglo-americana: Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920). *Media & Jornalismo*, Coimbra, v. 1, n. 3, 2003.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Tradução de: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

FERREIRA, Jorge. De volta ao Catete: democracia, nacionalismo e crise política no governo Vargas (1951-1954). In: BAUM, Ana (Org.). *Vargas, agosto de 1954: a história contada pelas ondas do rádio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

GOMES, Ângela de Castro. População e Sociedade. In.: SCHWARRCZ, Lilia Moritz. *História do Brasil Nação: 1808-2010*. Vol. 4. GOMES, Ângela de Castro (Org.) *Olhando para dentro 1930-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2003.

GOLDENSTEIN, Gisela. *Do jornalismo político à indústria cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

JASMIN, Marcelo. História dos conceitos e teoria política e social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 20, n. 57, 2005.

JUNIOR, João Feres; JASMIN, Marcelo. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In.: JUNIOR, João Feres; JASMIN, Marcelo (Orgs.). *História dos conceitos: Debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2007.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto e Ed. PUC-Rio, 2006.

KRILOW, Leticia S. W. *Cidades de Papel: as representações sobre as favelas na imprensa carioca durante o Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. 2018. 220f. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2018.

LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LAURENZA, Ana M. A. *Lacerda X Wainer: o Corvo e o Bessarabiano*. 2 ed., São Paulo: Ed. SENAC, 1998.

LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira: As associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIMA Jr., Olavo B. L. Evolução e Crise do Sistema Partidário Brasileiro: As Eleições legislativas Estaduais de 1947 a 1962. In: FLEISCHER, David V. (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília. 1981.

LUCA, Tânia R. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX. In. *Congresso BRASA IX – (Brazilian Studies Association) em New Orleans*, março de 2008.

LYNCH, Christian E. C. Cultura política brasileira. In.: SANTOS, Gustavo; BRITO, Éder. *Política no Brasil*. São Paulo: Oficina Municipal, 2015.

MARTINS, Luis C. P. *A grande imprensa “liberal” carioca e a política econômica do Segundo Governo Vargas (1951-1954): conflito entre projetos de desenvolvimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

MERRICK, Thomas. A População Brasileira a Partir de 1945. In.: BACHA, Edmar Lisboa; KLEIN, Herbert S. *A Transição Incompleta: Brasil desde 1945*. v. I: População, Emprego, Agricultura e Urbanização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

\_\_\_\_\_. Clientelismo, corrupção e publicidade: como sobreviviam as empresas jornalísticas no Rio de Janeiro dos anos 1950? *Ciberlegenda*, Niterói, n. 8, 2002.

RIBEIRO, Lavina M. *Imprensa e Espaço Público: A Institucionalização do Jornalismo no Brasil (1808 – 1964)*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2004.

SANTOS, Milton. *A Urbanização brasileira*. São Paulo: EdUSP, 1996.

SANTOS, Wanderlei G. A práxis liberal no Brasil. In.: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

SINGER, Paul. *A economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SILVA, Hélio. 1954: *Um tiro no coração*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SILVA, Juremir Machado da 1964. Golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulina, 8ª edição, 2017.

SILVA, Rafael Souza. *Diagramação: o planejamento visual gráfico na comunicação impressa*. São Paulo: Summus, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: INTERCOM; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.

SOUSA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930-1964*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.